

## DOSSIÊ

*#ChegadeAssedio*: Potencialidades do ativismo digital no combate à violência sexual contra mulheres na América Latina

*#NoMoreHarassment*: Potential of digital activism in combating sexual violence against women in Latin America

Edição v. 41  
número 2 / 2022

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 41 (2)  
mai/2022-ago/2022

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

### ALINE LISBOA

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.  
E-mail: [aline.lisboa@unesp.br](mailto:aline.lisboa@unesp.br). ORCID: 0000-0003-3850-5461

### OSVANDO JOSÉ MORAIS

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.  
E-mail: [osvando.j.morais@unesp.br](mailto:osvando.j.morais@unesp.br). ORCID: [0000-0002-9882-0159](https://orcid.org/0000-0002-9882-0159)

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Ao citar este artigo, usar a seguinte referência: LISBOA, Aline; MORAIS, Osvando José. *#ChegadeAssedio*: Potencialidades do ativismo digital no combate à violência sexual contra mulheres na América Latina. *Contracampo*, Niterói, v. 41, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2022.

**Submissão em: 01/11/2021. Revisor A: 28/01/2022; Revisor B: 09/03/2022. Revisor A: 01/04/2022. Aceite em: 11/04/2022.**

**DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v41i2.52113>**

## Resumo

Argumentar sobre modos de pensar os feminismos latino-americanos se faz necessário a partir de um viés decolonial formado por autoras do Sul Global. Aliar tais saberes teóricos às práticas ativistas de mulheres dentro e fora das redes torna-se salutar para compreender como suas realidades violentas vêm sendo combatidas. Em nosso trabalho propomos refletir sobre usos e repercussões do ativismo digital no combate ao assédio sexual sofrido por mulheres na América Latina. Para tanto, realizamos um estudo de caso a partir de duas campanhas brasileiras, #ChegadeFiuFiu e #MexeuComUmaMexeuComTodas, com o intuito de examinar se as ações executadas por elas resultaram em efeitos significativos diante da pauta em questão. Os resultados preliminares apontam que o intercruzamento entre práticas e saberes reverberaram em novas formas de organização política de mulheres, por vezes eficientes no enfrentamento à violência sexual em espaços públicos.

### Palavras-chave

América Latina; Assédio sexual; Ativismo digital; Decolonial; Mulheres.

### Abstract

Arguing about ways of thinking about Latin American feminisms is necessary from a decolonial bias formed by authors from the Global South. Combining such theoretical knowledge with the activist practices of women inside and outside the networks becomes healthy to understand how their violent realities are being fought. In our work, we propose to reflect on the uses and repercussions of digital activism in the fight against sexual harassment suffered by women in Latin America. To this end, we carried out a case study from two Brazilian campaigns, #ChegadeFiuFiu and #MexeuComUmaMexeuComTodas, in order to examine whether the actions taken by them resulted in significant effects on the agenda in question. Preliminary results indicate that the intersection between practices and knowledge reverberated in new forms of women's political organization, sometimes effective in confronting sexual violence in public spaces.

### Keywords

Latin America; Sexual harassment; Digital activism; Decolonial; Women.

## Introdução

As cidades foram feitas para mulheres? Com esse questionamento, iniciamos nossa proposta de investigação sobre como é possível combater a violência sexual de gênero em espaços públicos urbanos, pensando em um primeiro momento no contexto latino-americano e em seguida focalizando as discussões em relação aos centros urbanos de grandes cidades brasileiras. A problemática do assédio sexual não é recente e, apesar de nos encontrarmos em pleno século XXI, é considerada a prática mais recorrente contra mulheres e meninas em espaços públicos em todo o mundo, de acordo com pesquisa realizada a nível mundial.<sup>1</sup>

A pauta da violência sexual em espaços públicos tem se tornado frequente em manifestos, movimentos e campanhas de cunho feminista, sendo estas últimas criadas, em um primeiro momento, em formato digital e depois levadas às ruas. Em nossa investigação selecionamos como objeto de análise as campanhas #ChegadeFiuFiu (lançada em 2013 pela Think Olga)<sup>2</sup> e #MexeuComUmaMexeuComTodas (originária de manifestações populares contra o assédio sexual no metrô da capital paulista), ambas com propósitos semelhantes de combater a importunação sexual nas ruas e no transporte público, respectivamente.

Ressaltamos a justificativa da escolha dessas campanhas em relação a outras de caráter parecido, em vista de suas potencialidades a partir dos resultados obtidos. Além disso, as campanhas selecionadas geraram não apenas efeitos importantes diante de ações realizadas pelo poder público, como também resultaram em documentários que agregam discussões importantes acerca do tema.

Elencamos e examinamos as ações realizadas pelas campanhas utilizando a pesquisa bibliográfica como metodologia preponderante, sobretudo em sítios eletrônicos e com base em dados de pesquisas já realizadas sobre as campanhas em questão; e a pesquisa empírica como algo complementar, tratando de interligar discussões teóricas ao estudo empírico acerca das práticas ativistas das duas campanhas, observando como a abordagem decolonial se relaciona diretamente com as demandas das mulheres latino-americanas em suas realidades. A abordagem interseccional<sup>3</sup> é aqui amplamente considerada, já que em nosso trabalho destacamos os feminismos das diferenças (HOLLANDA, 2018), examinando particularidades de mulheres indígenas, camponesas, afro-latino-americanas, etc. Cada qual dentro de um contexto específico e refletindo necessidades distintas (GONZALEZ, 2020).

De modo sucinto, depreendemos que as dores de vivências do contemporâneo são cíclicas. Vão e voltam em um cadenciamento de novas roupagens. A violência impetrada pelo machismo, sexismo, pela cultura do estupro nunca cessa, só se renova e se realiza de outras maneiras, algumas vezes de modo sofisticado, sutil, a fim de parecer imperceptível às instituições políticas, econômicas e sociais. No entanto, as “feridas abertas” (KILOMBA, 2019) das vítimas de violência sexual muitas vezes não cicatrizam, causando traumas em seus corpos e suas mentes e funcionando de modo frequente como combustível para as insurgências e enfretamentos aos sistemas da necropolítica de gênero.<sup>4</sup>

---

1 Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto IPSOS, o assédio sexual foi apontado como prática violenta mais recorrente entre meninas e mulheres de 15 a 25 em diversos países. 78% das entrevistadas disseram já ter sofrido assédio em espaços públicos pelo menos uma vez na vida. Disponível em: <https://vogue.globo.com/assedio/noticia/2021/10/assedio-e-violencia-de-genero-que-mais-atinge-mulheres-em-todo-o-mundo.html>. Acesso em: 8 out. 2021.

2 Think Olga é uma ONG que tem como missão sensibilizar a sociedade para questões de gênero e afins, com o intuito de educar e orientar pessoas.

3 Teoria com base em Kimberlè Crenshaw (1989), que contempla uma ótica da diversidade acerca dos sujeitos-mulheres na contemporaneidade. Essa teoria ressalta a importância de vivências distintas e demarcações de ordem interseccional, como raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual, corporeidade, idade entre outras, no sentido de uma compreensão mais efetiva da condição dos sujeitos-mulheres.

4 A necropolítica de gênero está alicerçada em sociedades estruturadas na desigualdade e tem como base gerar políticas letais contra mulheres através de seus sistemas de estratificação, discursos e suas práticas.

## América Latina e violência de gênero como processo histórico

A América Latina é marcada em sua origem por questões como a subordinação, diversidade e resistência às incursões estrangeiras na localidade. Tais características deram margem à formação de um processo violento instaurado pelos europeus, baseado na exploração e subjugação dos povos nativos, além do domínio territorial, político e econômico de modo forçado. Esse colonialismo do poder não só fundamenta vinculações de ordem comercial e geopolítica, como também determina as próprias relações humanas, e isso se torna ainda mais pungente quando interpretamos o poderio colonial a partir de discursos que inferiorizam os colonizados, correlacionando-se diretamente com o racismo (FANON, 1965).

Pensar deste modo a constituição da América Latina e de seus povos tão diversos, com tamanhas particularidades, é, sobretudo, tentar articular elementos que sistematizam desde o começo as diferenças e semelhanças entre os colonizados da América portuguesa e espanhola: trabalho, raça e gênero, como ratifica Quijano (2000). Neste sentido, o autor traz à tona como aspectos fenotípicos, identidades raciais e designações pseudocientíficas serviram por muito tempo como classificações para diferenciar colonizadores de colonizados, incitando inclusive diferenciações hierárquicas entre quem mandava e quem obedecia. Além disso, Quijano (2000) reforça a importância de formas históricas do controle de trabalho operarem em função do capital, obedecendo as demandas das relações de produção associadas ao mercado mundial.

Deste modo, acreditamos ser bastante pertinente a acepção de Quijano, já que tais elementos discutidos formam a base da estrutura de poder da sociedade moderna na América Latina, com renovadas formas de controle de trabalho, em um primeiro momento, através da nova ordem do capitalismo global.

No entanto, apesar de alguns avanços desenvolvimentistas na região, a exclusão laboral das minorias, especialmente de pessoas negras e mulheres continuou sendo um problema real. Algumas mudanças efetivas ocorreram quando o chamado milagre econômico deu início a um estímulo maior na participação de mulheres em diversos setores trabalhistas, ainda que em cargos menos privilegiados que os dos homens e ganhando um salário menor que o deles.

Neste sentido, percebemos um condicionamento circunstanciado pela divisão sexual do trabalho, que viabiliza a ocupação de mulheres em cargos menos elevados que os homens. Tal situação se acentua ainda mais em países da América Latina, por estabelecer contratações de ordem temporária e terceirizações da força de trabalho, resultando, conseqüentemente, no aumento da informalidade, sem qualquer regulamentação das condições empregatícias (HIRATA, 2007).

É notável que aspectos educacionais, culturais e o papel reprodutivo ainda se configurem como entraves para que boa parte das mulheres de baixa escolaridade consigam ascender em qualidade de vida. A carga de trabalho doméstico sem uma divisão mais igualitária com outros membros da casa também é um fator crucial para que essa categoria não tenha condições tangíveis de buscar melhores cargos trabalhistas ou simplesmente permaneça desempregada, sendo que a questão da violência doméstica se relaciona diretamente à dependência financeira que muitas possuem de seus companheiros.

Ampliando as discussões sobre violência de gênero na região da América Latina, não apenas casos domésticos são uma constante, como também cenários que contam com feminicídios, estupro, assédios e abusos de ordem moral e sexual. A região se configura como a que mais morrem mulheres no mundo, segundo a geógrafa e pesquisadora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) Giovanna Moscatiello (2020), sendo o Brasil o país que apresenta o maior contingente em números totais e El Salvador e Honduras os países com maior taxa em números relativos.

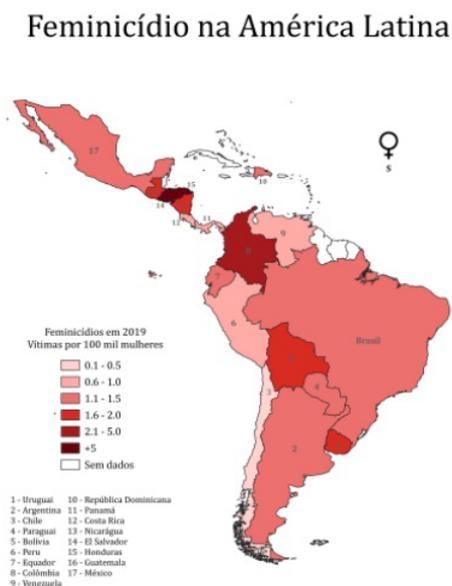
Em seu estudo cartográfico, a autora constatou que, apesar de existir em boa parte dos países

---

Esse tipo de necropolítica instrumentaliza corpos de mulheres, constrói regimes de terror e é complacente com práticas extremas de violência, sobretudo com o feminicídio. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

latino-americanos uma legislação favorável ao combate à violência contra mulher, com medidas cautelares e protetivas inclusive, há também aspectos que favorecem a profusão de práticas violentas contra elas, como o fato de ser uma das regiões que apresenta maior desigualdade econômica entre homens e mulheres, além de se caracterizar por uma violência que tem fundamentos históricos e culturais, a partir de todo um processo colonial que se deu nesses países.

Captura de tela 1 – Cartografia do feminicídio na América Latina



Fonte: Moscatiello (2020)

O estudo aponta ainda que, com a pandemia, as taxas de feminicídio aumentaram devido ao confinamento forçado das vítimas com seus agressores. Para a autora, o lema “Corpo de mulher, perigo de morte” retrata bem os números apresentados no mapa. Afinal, enquanto crise social, econômica e política que assola toda a América Latina de modo profundo, as demandas apresentadas pelas mulheres dessa região se tornaram secundárias para os projetos de governo instaurados nesses países, já que as representações políticas não se dão em uma esfera plural e diversa, mas sim em um sentido unilateral, privilegiando determinadas camadas sociais e sujeitos que não se apresentam enquanto minorias em seus marcadores raciais e de gênero, conforme ratifica:

Ainda que possamos falar sobre a existência de projetos de prevenção e combate à violência, a legislação padecerá inócua enquanto nossas demandas não deixarem o espaço da alteridade na representação política, ou seja, enquanto não houver o desmonte entre a esfera pública e a reprodução dessa violência direcionada aos nossos corpos (MOSCATELLO, 2020, p. 32).

Ainda sobre feminicídio, uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre os meses de março e abril de 2020 revela que os casos registrados aumentaram em 22,2% em relação ao mesmo período de 2019 no Brasil e em pelo menos 11 estados os números desse tipo de crime foram considerados acima da média no país, que representa 0,21%. Além disso, relatos acerca do confinamento de mulheres com seus companheiros durante o isolamento social revelaram que outros subtipos de práticas violentas, como cárcere privado e tortura, também se mostraram frequentes no período analisado (UM, 2020).

Indicadores como esses apontam que existe então um liame entre a permanência de muitas

dessas mulheres com seus companheiros abusadores e a perda de seus empregos. Durante a pandemia, muitas delas, que eram empregadas domésticas e diaristas, tiveram suas funções suspensas. Deste modo, sem apresentar as mínimas condições para assumirem uma independência pecuniária atrelado ao fato de estarem sob vigilância constante de boa parte dos agressores, muitas delas ficaram mais vulneráveis diante do impacto da violência patrimonial, seguida da física, sexual e até mesmo a moral e psicológica.

É neste momento que percebemos o quanto a desigualdade social, potencializada por uma crise sanitária de alcance global, assola profundamente regiões menos desenvolvidas economicamente, como a América Latina. Ademais, nessa escalada discrepante as classes mais baixas no estrato da pirâmide societal são as que sofrem realmente em nosso país, sendo a categoria de mulheres negras periféricas a que enfrenta a crise de modo mais visceral, já que precisam lidar com uma tripla pandemia: a do vírus, a da violência de gênero e a de raça.

Contudo, percebemos que, a partir do crescimento exponencial de feminicídios em países da América Latina, como Argentina, México, Honduras, Nicarágua, El Salvador e, logicamente, Brasil houve também uma maior movimentação de ONGs, coletivos de mulheres, redes de apoio feminista e tantas outras organizações sem fins lucrativos na tentativa de prevenir, orientar, punir e combater a violência de gênero em países do Sul Global.

Diante desse prisma, constitui-se, de acordo com Hollanda (2019), uma espécie de nova geração política de mulheres, que se caracteriza por se intercambiar entre rede e rua, utilizando as redes sociais digitais como espaços intermediários de mobilização, com o intuito de organizar estratégias próprias, baseadas em narrativas e experiências de ordem pessoal, mas que ecoam coletivamente.

Tais insurgências trouxeram em perspectiva o ativismo feminista em uma nova roupagem, adotando modos diferenciados de interação e, sobretudo, de ação. Agora com espaços diferenciados de integração e disputas de poder em tons de contra discurso, as feministas da “Quarta Onda” (HOLLANDA, 2019) querem algo muito maior que suas antecessoras. Não apenas a conquista de direitos civis, não apenas inserção no mercado de trabalho, não apenas desmontar questões do binarismo de gênero. Elas querem não apenas ser ouvidas, mas principalmente se sentirem representadas em suas pluralidades, dando maior atenção ao combate à violência em todas as instâncias possíveis e tendo como foco o corpo e seus traumas, construindo novas expressões e modos diferenciados do fazer político.

## #ACulpaNuncaÉdaVítima: marchas, ações coletivas e campanhas digitais no enfrentamento à violência de gênero na América Latina

Para pensar o enfrentamento à violência de gênero em regiões do Sul Global como a América Latina, é imprescindível que destaquemos o viés decolonial como abordagem norteadora, a fim de apontar caminhos plausíveis que nos conduzam à compreensão de nossas perspectivas, enquanto mulheres incorporadas a essa realidade. Deste modo, pensar a economia política da violência na localidade é acima de tudo constatar que existe um caráter multicultural delineador da condição de mulheres latino-americanas, e isso se perpetua através do aprimoramento do racismo estrutural, em uma instância reprodutiva de crenças que fortalecem o desejo de embranquecimento - em níveis físico e cultural - objetivando a ideia de ascensão hierárquica racial e, conseqüentemente, social:

(...) O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (GONZALEZ, 2020, p. 44).

Essa “sofisticação do racismo”, da qual fala a autora, é justamente a que se propagou com o mito da democracia racial, de que não existe racismo no Brasil e que para Kabengele Munanga (2019), especialista em estudos de antropologia afro-brasileira pela Universidade de São Paulo, diz respeito às peculiaridades de expressão do racismo em nossa sociedade, sobretudo envolvendo práticas de silenciamento, do não dito. Tais peculiaridades são percebidas também em outros países latinos, porém a incipiência nas pesquisas sobre o tema dificulta saber ao certo como se dá a problemática nesses locais, apesar de, proporcionalmente, um em cada quatro latino-americanos se autodeclarar descendente de africano, ou seja, aproximadamente 133 milhões de pessoas, segundo dados do Banco Mundial.<sup>5</sup>

Deste modo, se afro-latino-americanos autodeclarados correspondem a pelo menos 25% da população total dessa região, não seria salutar pensar criticamente a situação de mulheres oriundas dessa localidade em um viés interpretativo que traga à tona olhares e experiências destas, sem, no entanto, naturalizá-las? Por este motivo, em nosso trabalho intentamos correlacionar saberes e práticas genuinamente elaboradas por conhecimentos e vivências de mulheres afro-latino-americanas, destacando relações próprias entre corpos que possuem “feridas abertas” (KILOMBA, 2019), não cicatrizadas devido às marcas produzidas pela colonialidade do poder, e seus enfrentamentos políticos com novas estruturas de mobilização.

Sem embargo, se por um lado as marcas produzidas nesses corpos geram traumas, por outro estes acabam se ressignificando com o tempo e, na contemporaneidade, são expressos por gestos e visualidades de linguagens que se contrapõem às vivências dolorosas de mulheres que coabitam contextos demarcados pelo preconceito, pela desigualdade e violência de gênero, gerando, muitas vezes, o medo e tendo como consequência a indignação.

Em cenários violentos, como os de países da América Latina, agendas de lutas são construídas com intuito importante de organização e, principalmente, de mobilização na conquista de direitos. É o caso do feminismo camponês, com suas reivindicações por melhores perspectivas de aproveitamento do espaço rural. Mulheres de outros movimentos, como o MST (Movimento Sem Terra) e a Via Campesina acabam se unindo às pautas, sistematizando de modo organizado e profícuo marchas e movimentos em prol de seus direitos enquanto trabalhadoras rurais, com destaque para a Marcha das Margaridas,<sup>6</sup> iniciada nos anos 2000, que tem como mote principal a melhoria da qualidade de vida de mulheres do campo e da floresta. Segundo Sampaio (2020), as militantes do meio rural tecem suas próprias caminhadas, sem necessariamente se ancorarem em premissas feministas. Muitas delas, inclusive, dizem nem saber ao certo o que seria o feminismo, já que o movimento teria se tornado muito “acadêmico” e distante de suas realidades.

A verdade é que essas mulheres estão construindo seus feminismos na prática, com lutas bastante específicas e, muitas vezes, não vislumbradas pelo movimento feminista em si. Além disso, indígenas, quilombolas e outros segmentos de mulheres do campo também se inserem nessas lutas, já que afirmam só encontrar no movimento rural espaço para dialogar a respeito de suas demandas e se mobilizar através desses grupos de ação coletiva. São formas particulares de pensar os feminismos, em um sentido prático, tendo a comunidade como agente central das lutas cotidianas, referentes às ofensivas provocadas de modo estratégico pelo capitalismo, de modo tático pelo agronegócio.

Ainda sobre pautas mais específicas temos o feminismo indígena, atuante em diversos países

---

<sup>5</sup> Dados publicados pelo Banco Mundial em 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/26/internacional/1561563872\\_895042.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/26/internacional/1561563872_895042.html). Acesso em: 13 set. 2021.

<sup>6</sup> “A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. Tem acontecido desde os anos 2000 e tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina”. Disponível em: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>. Acesso em: 12 set. 2021.

da América Latina, como é o caso da organização de mulheres Mapuches<sup>7</sup> no Chile e na Argentina; de mulheres Quéchuas e Aymaras<sup>8</sup> na Bolívia; e da AMIM – Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão na comunidade dos Oiapoques no Amapá, cada qual com suas particularidades culturais e étnicas, mas também com algumas demandas em comum, sendo as principais delas a proteção às terras demarcadas, o desenvolvimento integral em setores diversos como educação, saúde da mulher e maior participação política nas comunidades rurais e indígenas e o combate ao racismo e à violência sexual.

Dentre as questões relevantes que se apresentam como problemáticas a serem combatidas, percebemos o assédio, o abuso, a criminalização do aborto e a cultura do estupro como atribuições primordiais no enfrentamento dessa nova geração política. Movimentos importantes começaram a surgir e caracterizar essa Quarta Onda, que agora utiliza as redes sociais como forma de resistência e empoderamento para encabeçar lutas próprias:

A atuação da nova geração é bem diferente do cenário imaginado pelas ciberfeministas do passado, talvez porque as tecnologias de acesso e de interação também tenham mudado radicalmente. Os manifestos desvergonhados e os ataques cibernéticos foram substituídos por tweets, blogs, formação de grupos e produção de vídeos e imagens desafiadoras. Essas meninas se juntam para produzir fanzines, elaborar e executar protestos, fabricam memes e usam hashtags para organizar blocos de discussão temática (ABREU, 2017, p. 145).

Diante disso, se propagam os feminismos das diferenças por toda América Latina e, com eles, a materialização das campanhas virais, agora com códigos próprios no campo digital, como o uso de *hashtags*. Movimentos como #MarchaDasVadias, #NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino, #MeuPrimeiroAssedio, #ChegaDeFiuFiu, #UnDiaSinNosotras, #ChegaDeAssedio, #MexeuComUmaMexeuComTodas são alguns exemplos que se manifestam através de dinâmicas diferenciadas, agora pautadas em narrativas do “eu” incorporadas por todas:

No caso das manifestações feministas atuais, se, por um lado, a narrativa provém de um “eu”, por outro ela se dissolve na repetição do grupo que circunda esse “eu”. A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: “Mexeu com uma, mexeu com todas” (HOLLANDA, 2018, p. 36).

Ainda sobre os feminismos das diferenças, Hollanda (2018) ratifica que, apesar das demandas entre as mulheres serem as mais variadas possíveis, elas não se originaram no tempo presente. São antigas e se tornaram urgentes. Justamente por isso, as articulações dos movimentos que as envolvem começaram a ganhar corpo e voz de modo mais pungente. Podemos estabelecer aqui uma relação direta com os traumas ocasionados aos corpos com “feridas abertas”, já abordado em nosso trabalho, o que para nós significa, na verdade, uma produção de “políticas de afetos” (SAFATLE, 2015), ou seja, para o autor há claramente uma construção de circuito dos afetos entre os seres e aqui, em nossa investigação, de modo assertivo, reforçamos o argumento dele de que o medo compele à construção de laços afetivos. Ora, se o medo é uníssono entre os pares femininos, logo ele funciona como catalisador a fim de gerar vínculos, conexões entre elas e as impulsionam aos atos de protesto.

E no caso do agrupamento de mulheres que se mobilizam em prol do combate à violência de gênero é bastante compreensível que laços afetivos e relações entre elas sejam construídas em um sentido político, a partir de um denominador comum, neste caso o medo. Ivana Bentes (2015) destaca

---

7 Parte das mulheres Mapuches integram a organização Anamuri, situada no Chile na divisa com o Peru e a Bolívia. O objetivo principal é trabalhar com o desenvolvimento integral das comunidades rurais e indígenas, utilizando metodologias diversas e focando na formação sociopolítica de produtoras rurais, artesãs, erveiras, etc. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/levante-do-povo-chileno-e-sustentado-pela-luta-das-mulheres-indigenas-diz-lideranca-mapuche/>. Acesso em: 15 set. 2021.

8 Mulheres Quéchuas e Aymaras fazem parte de movimentos feministas comunitários antipatriarcais e se denominam “feminismo na prática” por implementarem ações coletivas e utilizarem seus saberes enquanto mulheres como instrumento de luta. Disponível em: <https://catarinas.info/adriana-guzman-o-feminismo-comunitario-antipatriarcal-e-acao-politica-nao-teoria/>. Acesso em: 14 set. 2021.

essa prerrogativa também quando traz à tona como movimentos de mulheres têm criado novas narrativas políticas através dos afetos, utilizando o próprio corpo como linguagem, como forma de expressão dos seus medos: “As marchas permitiram novas formas políticas de afetos, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão” (BENTES, 2015, p. 24).

A Marcha das Vadias é um bom exemplo disso na prática. O movimento, que surgiu em 2011 no Canadá e depois se espalhou por diversos países do mundo, expressa bem como repertórios são criados em manifestações de ordem popular através de interações coletivas, frutos de rotinas aprendidas e compartilhadas. Isso reverbera em modelos midiáticos e de comunicação, que vão sendo construídos popularmente através de imagens produzidas e remixadas, memes na internet, vídeos, fotos, cartazes, sendo todos eles elementos que se reconfiguram diante das narrativas criadas, inclusive performances associadas à ideia de microfone-humano.<sup>9</sup> A voz de uma é a voz de todas.

No entanto, apesar de essa nova geração política com seu feminismo de *hashtags* ter se sobressaído ganhando voz e criando experiências bem sucedidas no campo da mobilização política de cunho popular, muitas estão, na verdade, colhendo os frutos de gerações anteriores, que defendiam uma prática feminista na rede através do chamado “ciberfeminismo”,<sup>10</sup> termo criado por ativistas naquele momento. Assim como nós, as feministas pioneiras em práticas net-ativistas lutavam por pautas parecidas, como direito ao aborto legal e seguro, melhores condições de trabalho, reconhecimento salarial e o combate à importunação sexual, ao assédio, ao abuso e ao feminicídio. Era apenas o começo do que estava por vir.

Assim como nós, outras mulheres já lutavam por condições melhores, mas muitas de suas vozes não foram ouvidas, e isso ecoa de modo doloroso para nossa geração. Afinal, será que não seremos ouvidas também? Convencemo-nos afinal de que precisamos ir além das *hashtags*. Torna-se urgente materializar nossas reivindicações em atos concretos, e isso pode ser visto, em especial, nas campanhas selecionadas para análise em nosso trabalho: #ChegaDeFiuFiu e #MexeuComUmaMexeuComTodas são exemplos a serem seguidos pela nossa geração política e pelas próximas que virão.

## #PrimaveradasMulheres: Potencialidades das campanhas #Chega-deFiuFiu e #MexeuComUmaMexeuComTodas

A fim de reverter as estruturas patriarcais que geram desigualdades, é preciso que, para além da organização de mulheres em seus movimentos e ativismos, outras instituições auxiliem no processo, atuando como fontes formadoras de opiniões por meio de informações qualificadas. É neste momento que apontamos a mídia como espaço imprescindível na criação dessas possibilidades, apesar de sabermos que a grande mídia não desempenha esse papel como deveria, fazendo, inclusive, muitas vezes, o contrário: reproduzindo discursos sexistas, machistas, homofóbicos, transfóbicos e misóginos.

Deste modo, cabe aos meios alternativos (em especial espaços criados na Internet pelas próprias mulheres) possibilitar o endereçamento de conteúdos de cunho feminista à população em geral. Desde os zines, nos anos 90, passando por campanhas digitais no Twitter até canais do Youtube na atualidade, mulheres vêm criando seus próprios conteúdos em prol do combate à violência de gênero, desempenhando um papel fundamental tanto na transformação dos processos sociais, quanto em questões de representatividade. Forma-se, portanto, uma espécie de “mídia feminista”, em que mulheres

---

9 Estratégia comumente utilizada em manifestos e movimentos populares, na qual uma pessoa fala e as demais repetem em voz alta, de modo pausado. Esse tipo de performance tem por característica adotar uma natureza pluralística do movimento e reforçar mensagens, adotando um sentido de empatia entre os participantes.

10 O ciberfeminismo encontra na rede um campo aberto para o ativismo político, seja questionando as formas de controle do patriarcado sobre o funcionamento das Tecnologias da Informação e da Comunicação; seja utilizando a web como território tecnológico ao colocar em xeque as questões de gênero.

não apenas produzem conteúdos que contemplam suas pautas, como são as protagonistas dessas produções e distribuições desses materiais.

As campanhas digitais no Twitter são bons exemplos disso. Entre 2015 e 2016, mais de meio milhão de *hashtags*<sup>11</sup> foram produzidas, a fim de construir novos modos de dar visibilidade às pautas e reivindicações dos movimentos feministas naquele momento. Tais dados partem de um levantamento feito por Reis (2017) acerca das campanhas realizadas no período citado, possibilitando depreender diante disso que questões interligadas ao feminicídio, abuso e assédio sexual, racismo e corpo livre são as que mais se destacam dentre os lemas expressos pelas *hashtags*, como mostra a tabela a seguir:

Quadro 1 – Principais campanhas feministas digitais entre 2015 e 2016

Hashtag	Temática abordada pela campanha
#AgoraÉQueSãoElas	Reivindicar visibilidade e agência midiática para mulheres.
#NãoTiraOBatomVermelho	Contra relacionamentos abusivos.
#Feminicidio	Pela aprovação da lei que incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos
#ElesporElas (#HeforShe)	Convocação dos homens à luta contra o machismo.
#VamosJuntas?	Formação de redes solidárias para prevenção à violência contra mulheres em espaços públicos.
#MexeucomUmaMexeucomTodas*	Contra a violência sexual no transporte público.
#MeuAmigoSecreto	Denúncia dos comportamentos machistas cotidianos
#MamiloLivre (#FreeNipple)	Contra a censura indiscriminada feita pelo Facebook à publicação de imagens de mamilos femininos.
#MulheresContraCunha	Contra o projeto de lei que endurece a penalidade para a prática do aborto, mesmo em caso de estupro.
#VaiTerShortinhoSim	Contra o <i>shut-shaming</i> **, a proibição do uso de roupas curtas em escola de Porto Alegre (RS)
#ChegaDeSilencio	Contra a violência sexual e cultura do estupro
#SomostodosMaju; #SomostodosTaisAraujo #SomostodosCrisViana #SomostodosSheronMenezes	Contra os ataques racistas aos perfis de celebridades negras.
#enemfeminista2015 #enemfeminista	Em apoio ou discordância ao tema da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) naquele ano.
#PrimeiroAssedio	Contra a naturalização do assédio sexual sofrido por mulheres desde a infância.
#EstuproNaoEculpaDaVitima #QueroUmDiaSemEstupro #ContraaCulturadoEstupro	Contra a violência sexual.
#BelaRecatadaeDoLar	Contra a exaltação dos estereótipos que norteiam o modelo ideal de mulher na mídia.
#MarchadasMargaridas	Manifestação de trabalhadoras rurais por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.
#MarchadasMulheresNegras	Contra o racismo e opressões sofridas pelas mulheres negras
#Survivor	Em favor do resgate da autoestima feminina

Fonte: Reis (2017)

De acordo com o Quadro 1, percebemos que o tema da violência sexual interligado ao assédio e abuso era uma preocupação constante nas lutas encampadas pelas feministas naqueles anos e continuam até o momento, o que nos conduz a refletir sobre como determinados episódios polêmicos fizeram emergir a indignação popular, como é o caso do estupro coletivo de uma jovem carioca de 16 anos ou ainda a situação de assédio sofrida por uma participante de apenas 12 anos no *Masterchef Jr.* *Hashtags* como #ContraaCulturadoEstupro e #PrimeiroAssedio estiveram entre os assuntos do momento mais comentados no Twitter, chegando mesmo a vigorar no *trending topics* da rede social em questão.

Ainda sobre a hashtag #PrimeiroAssedio, é importante destacar que a responsável pela criação dessa campanha idealizou também a #ChegadeFiuFiu, um de nossos objetos de análise. Com ênfase em projetos que criminalizam e combatem a violência sexual, a Think Olga é pensada como uma *think tank*, ou

11 Segundo Reis (2017), entre os anos de 2015 e 2016 surgiram pelo menos 19 campanhas feministas digitais indexadas por *hashtags* e várias manifestações nas ruas ligadas a essas campanhas, que resultaram em uma espécie de Primavera Feminista ou das Mulheres, como ficou conhecido aquele momento.

seja, uma instituição baseada em organização de inovação social, que encontra na comunicação, tecnologia e educação o tripé elementar para criar impacto positivo às minorias, especialmente agrupamentos de mulheres.

E com o intuito de promover maior acessibilidade e segurança às mulheres em espaços públicos criou-se em 2013 a campanha #ChegadeFiuFiu. Oriunda de uma experiência pessoal de assédio sofrido por sua criadora, Juliana de Faria, a campanha tem como base combater a prática do assédio nas ruas inserida no conceito de direito à cidade para mulheres, dizendo respeito diretamente à mobilidade delas em espaços urbanos e a como a violência de gênero cerceia nosso direito de ir e vir (GONÇALVES, 2019, p. 47).

Em nossa análise, constatamos que a #ChegadeFiuFiu, em oito anos, realizou ações importantes e efetivas no combate ao assédio sexual em espaços públicos e promoveu maior informação às mulheres a respeito dessa problemática, conforme explicitamos na tabela abaixo:

Quadro 2 – Ações efetivas da Campanha Digital #ChegadeFiuFiu

<b>#CHEGADEFIUFIU, A CAMPANHA</b>			
<b>Ano</b>	<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Responsável</b>
2013	Divulgação de ilustrações no site da Think Olga	Fazer com que o assédio sexual no espaço urbano fosse reconhecido como crime	Think Olga
2013	Pesquisa on-line com mulheres	Compreender como as mulheres percebiam as cantadas nas ruas	Think Olga
2014	Mapa Chega de Fiu Fiu	Lançar uma ferramenta on-line que reunisse os pontos principais de maior incidência de atos de assédio sexual	Think Olga
2015	Cartilha do Assédio Sexual	Atribuir uma função simbólico-jurídica ao assédio sexual	Think Olga e Ministério Público de SP
2015	Manda Prints	Denunciar agressores a partir da divulgação de prints	Think Olga
2015	#PrimeiroAssédio	Demonstrar indignação e apoiar a vítima de assédio, encorajando outras mulheres a compartilharem suas histórias	Think Olga com o apoio da sociedade civil e celebridades
2018	Documentário Chega de Fiu Fiu	Integrar a campanha contra o assédio em espaços públicos à cena audiovisual	Think Olga com apoio de financiamento coletivo
2019	Ação contra o assédio sexual no carnaval	Combater práticas de assédio sexual nas ruas durante o carnaval através de denúncias feitas por um app	Think Olga em parceria com o Google

Fonte: Produzido pelos autores

Valendo-se de ferramentas sociotécnicas e do uso das tecnologias digitais, a Think Olga atua de forma política através de ações voltadas ao coletivo, encaixando-se perfeitamente no que Di Felice (2017) denomina como interação net-ativista dialógica, isto é, que se inicia no ambiente digital, se estende às ruas, mas permanece intercambiando-se entre um e outro, expressando um agir interativo dos sujeitos com arquiteturas da informação em uma contínua desterritorialização. Aliás, este último termo é uma palavra-chave no movimento feminista de Quarta Onda, já que não existe necessariamente uma questão geográfica envolvida na participação de mulheres nos movimentos em rede.

A repercussão das ações da ONG inicia-se em um local, mas depois se espalha por todo país e até mesmo fora dele, como é o caso de *#primeiroassedio*, que acabou sendo traduzida como *#firsthassment12* em países como Grã-Bretanha e EUA, por exemplo. Neste sentido, o alcance e impacto das ações promovidas pelo movimento feminista no ambiente digital tornaram-se imprevisíveis.

Já a campanha *#MexeuComUmaMexeuComTodas*, originalmente criada em 2015 por coletivos diversos, em especial conduzido pelo movimento Mulheres em Luta, tinha como principal reivindicação fiscalizar e punir agressores que cometessem atos de assédio e abuso no metrô de São Paulo. O estopim que levou ao manifesto aconteceu devido ao assédio sofrido por uma estudante de 17 anos que estava em uma estação de metrô na cidade de São Paulo e, na ocasião, um homem se aproveitou da lotação máxima, abriu o zíper da calça, colocando para fora seu pênis e o encostando na vítima.

Na época, a Companhia de Metrô não agiu a respeito, nada fez e o agressor seguiu impune. Além disso, naquele mesmo ano uma peça publicitária<sup>13</sup> veiculada em uma rádio popular paulista incentivava o assédio às mulheres no metrô, afirmando que a hora do rush era boa pra “xavecar a mulherada”. Sobre o fato, a CTPM pronunciou-se dizendo não ser responsável pela publicidade, e sim a rádio que a veiculara. Era tarde demais, centenas de mulheres sentiram-se profundamente ultrajadas e iniciaram com força uma das maiores campanhas no combate ao assédio sexual no transporte público.

O movimento levou inúmeras mulheres a assinarem um manifesto em prol de adaptações no sistema metroviário da capital paulista e a curto prazo, a fim de se debelarem contra o problema, distribuíram alfinetes às usuárias do metrô para que pudessem usá-los em caso de autodefesa contra seus “encoxadores”.<sup>14</sup> Dentre as exigências, o movimento destacava a necessidade de contratação de mais seguranças mulheres para lidar com as situações de assédio e abuso nos vagões; instalação de uma delegacia da mulher na estação central do metrô de São Paulo; além da realização de pesquisas com foco na divulgação de números comprovados acerca dos casos de assédio no metrô, com o intuito de utilizar os dados para a criação de campanhas mais eficientes. Outra solicitação importante era uma maior instalação de câmeras nas estações de metrô e a presença de mais agentes de segurança nos vagões à paisana, a fim de inibir as ações dos agressores.

Ainda de acordo com o Instituto Patrícia Galvão (2019),<sup>15</sup> pelo menos 46% das entrevistadas em uma pesquisa sobre assédio no transporte público dizem não sentir confiança em usá-lo para chegar ao trabalho sem sofrer assédio sexual durante o trajeto. Para essas mulheres, esse tipo de violência é

---

12 A campanha se estendeu por países como Grã-Bretanha, EUA, Portugal, Holanda e Chile. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_primeiro\\_assedio\\_repercussao\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc). Acesso em: 21 set. 2021.

13 Em contrapartida, o Ministério Público obrigou a CTPM a se retratar refazendo a campanha agora com o intuito de mostrar às mulheres que elas deveriam denunciar situações de assédio e abuso nos trens. O mote da campanha era “Você não está sozinha. Abuso sexual é crime. Denuncie”.

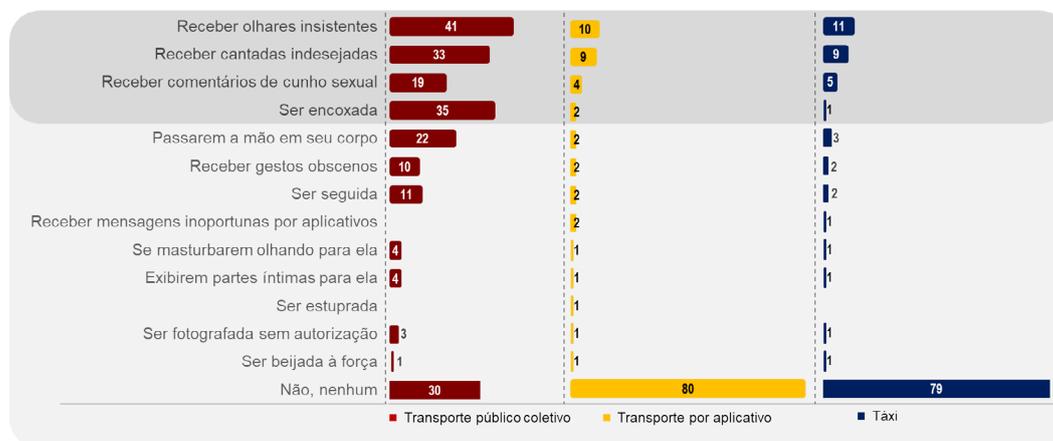
14 Encoxar ou esfregar-se em alguém pode conter uma conotação de um transtorno psíquico, segundo estudo realizado pela Associação Americana de Psiquiatria. O transtorno, caracterizado como frotteurismo, é uma desordem psíquica em que a pessoa desenvolve intenso prazer sexual ao tocar ou esfregar-se em alguém sem seu consentimento. Disponível em: <https://psicologiaparacuriosos.com.br/frotteurismo-o-esfregar-se-no-outro-em-transporte-publico/>. Acesso em: 30 set. 2021.

15 Pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/97-das-mulheres-disseram-ja-ter-sido-vitimas-de-assedio-em-meios-de-transporte/>. Acesso em: 30 set. 2021.

uma constante em suas vidas e a segurança no deslocamento é um fator crucial para que possam ou não aceitar e até mesmo permanecer em suas atividades empregatícias.

Infográfico 1 – Situações de assédio no transporte público

**% Situações pelas quais as mulheres já passaram em meios de transporte**



Fonte: Agência Patrícia Galvão (2019)

Os casos de assédio e abuso no transporte público ainda acontecem com muita frequência, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2019). Os dados indicam um alto percentual de mulheres (97%) que sofrem com esse tipo de crime todos os dias. No entanto, a campanha #MexeuComUmaMexeuComTodas conseguiu mobilizar a CTPM de São Paulo a realizar ações importantes, como aumentar o número de agentes de segurança nas estações e dentro dos vagões, aumentar também o número de câmeras nas localidades, além da criação de canais diretos de denúncia, como o SMS-denúncia e o app Metrô Conecta.

Ainda de modo relevante, a campanha conseguiu atrair a atenção da grande mídia para o problema na época, tanto na TV, quanto em jornais impressos, em sites de notícias e algumas revistas. Foram lançadas matérias e reportagens especiais abordando o tema da importunação sexual e do assédio em espaços públicos nas grandes cidades, mas é realmente a internet que se constitui como o grande espaço de discussão, mobilização e organização (inicial) de mulheres na luta contra a violência de gênero como um todo.

Em suma, podemos considerar, diante das inferências postas acerca das campanhas #ChegadeFiuFiu e #MexeuComUmaMexeuComTodas, que ambas operaram em um sentido de ação coletiva em macrocasos que afetam milhares de mulheres todos os dias em seus cotidianos. A partir da análise de como se deu a construção das campanhas e das ações realizadas nas redes e nas ruas, é possível identificar potencialidades significativas nos efeitos causados na esfera social a curto e médio prazos, embora os dados atuais apontem que a prática da importunação sexual continua frequente em espaços públicos, sobretudo nos meios de transporte.

## Considerações preliminares ou O que extraímos de tudo isso?

Em 2018 a ONU apontou a América Latina como uma das regiões mais perigosas para mulheres

16 Tornou-se crime a partir de 2018, segundo Lei 13.718/18 e descreve ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de "satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro". Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-o-crime-de-importunacao-sexual/>. Acesso em: 30 set. 2021.

em todo o mundo fora de uma zona de guerra. Além das altas taxas de feminicídio, crimes como assédio e importunação sexual foram bastante citados pelas entrevistadas como algo recorrente em seus cotidianos. Frente a isso, movimentos que vão de encontro às práticas de violência sexual só vêm crescendo em toda localidade. Países como México, Chile, Colômbia, Brasil e Argentina avançam nessas pautas à medida que as deixam em evidência e criam mecanismos que fortalecem a pressão popular com o intuito de conquistar direitos na legislação de cada local.

O fenômeno do feminismo de *hashtags* se estabeleceu como algo próprio das estruturas de mobilização, que agora se intercambiam entre redes e ruas. Percebemos ainda que, interligada a essa nova linguagem, temos o corpo como instrumento de expressão. O corpo se eleva a outra categoria, agora como objeto de disputa em uma instância de micropolíticas que confrontam a normatividade, o ordenamento social e a economia política da violência.

Presenciamos a emergência das “feridas abertas” para que finalmente possamos cicatrizá-las ou minimizar os efeitos do inconsciente colonial capitalístico (ROLNIK, 2018), tão presente ainda em nossa realidade. Afinal, pensar questões como democracia, relações de trabalho, estruturas políticas e violência em países do Sul Global é mormente refletir sobre necropolíticas de gênero, instauradas em uma lógica de poder biopatriarcalista, ou seja, com o Estado agindo diretamente sobre a condição de vida e morte de mulheres. Neste sentido, campanhas como #ChegadeFiuFiu e #MexeuComUmaMexeuComTodas se mostraram legítimas em seus esforços voltados à construção e reafirmação de movimentos sociais encampados por mulheres na contemporaneidade.

O intuito da pesquisa foi justamente examinar como o ativismo de mulheres, primeiramente na América Latina, e em um segundo momento mais localizado no Brasil, tem construído possibilidades efetivas no combate à violência de gênero. E ainda que estejamos em um processo inicial e lento na conquista de medidas preventivas e punitivas legisladas por órgãos públicos, torna-se imprescindível enfatizar a relevância das campanhas analisadas na tentativa de dar visibilidade e legitimar um problema social de ordem pública, que inviabiliza um direito básico de qualquer cidadão: ir e vir em segurança.

## Referências

97% DAS MULHERES disseram já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. **Agência Patrícia Galvão**, 30 set. 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/97-das-mulheres-disseram-ja-ter-sido-vitimas-de-assedio-em-meios-de-transporte/>. Acesso em: 30 setembro 2021.

ABREU, Carla de. Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 2, n. 4, p. 134-152, jan./abr. 2017.

AMANTE, Vandrezza; GUZZO, Morgani. Adriana Guzmán: o feminismo comunitário antipatriarcal é ação política, não teoria. **Portal Catarinas**, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/adriana-guzman-o-feminismo-comunitario-antipatriarcal-e-acao-politica-nao-teoria/>. Acesso em: 14 set. 2021.

BENTES, Ivana. Hackear, narrar: As novas linguagens do ativismo. In: BENTES, Ivana (Org.). *Mídia-multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 59-72.

CAMPANHA brasileira inspira hashtags em inglês sobre primeiro assédio sexual. **BBC News Brasil**, 10 nov. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_primeiro\\_assedio\\_repercussao\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc). Acesso em: 21 set. 2021.

CNJ SERVIÇO: o que é o crime de importunação sexual? **Agência CNJ Notícias**, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-o-crime-de-importunacao-sexual/>. Acesso em: 30 set. 2021.

COLLADO, Ana Martínez; NAVARRETE, Ana. Ciberfeminismo: também uma forma de ativismo. **GenderIT**, 2 jun. 2010. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=220&secao=desbunde>. Acesso em: 04

setembro 2021.

CRENSHAW, Kimberlè. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 20 set. 2021.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo.** São Paulo: Paulus, 2017.

DOLCE, Júlia. Levante do povo chileno é sustentado pela luta das mulheres indígenas. **Pública – agência de jornalismo investigativo**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/levante-do-povo-chileno-e-sustentado-pela-luta-das-mulheres-indigenas-diz-lideranca-mapuche/>. Acesso em: 15 set. 2021.

FANON, Frantz. Racismo y cultura. In: FANON, Frantz (Org.). **Por la revolución africana.** México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965. p. 87-99.

FIGUEIREDO, Priscilla. Frotteurismo: o esfregar-se no outro em transporte público. **Psicologia para curiosos**, 27 abr. 2016. Disponível em: <https://psicologiaparacuriosos.com.br/frotteurismo-o-esfregar-se-no-outro-em-transporte-publico/>. Acesso em: 30 setembro 2021.

GONÇALVES, Raquel Isidoro. **Chega de fiu-fiu: construção social contemporânea do assédio sexual na mobilidade urbana das mulheres.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Lílina (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero.** São Paulo: Senac, 2007. p. 90-108.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOBILIZAÇÕES: Marcha das Margaridas. **Fetase**, Aracaju, 25 nov. 2017. Disponível em: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>. Acesso em: 12 set. 2021.

MOSCATELLO, Giovanna. **Outras cartografias: feminicídio na América Latina.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/outras-cartografias-femicidio-na-americalatina/>. Acesso em: 25 set. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 5. ed. São Paulo: Autêntica, 2019.

QUANTO você sabe sobre os afrodescendentes na América Latina? **El País**, 15 jul. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/26/internacional/1561563872\\_895042.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/26/internacional/1561563872_895042.html). Acesso em: 13 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-System Research**, v. VI, n. 2, summer/fall, p. 342-386, 2000.

REIS, Josemira Silva. Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscos tecidos pelas redes. **Anais do 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11**, Universidade Federal de Santa Catarina, 30 de julho a 4 de agosto de 2017.

RIZZO, Lia. Assédio é violência de gênero que mais atinge mulheres em todo o mundo. **Vogue – Globo**, Rio de Janeiro, 5 out. 2021. Disponível em: <https://vogue.globo.com/assedio/noticia/2021/10/assedio-e->

*#ChegadeAssedio: Potencialidades do ativismo digital no combate à violência sexual contra mulheres na América Latina*

violencia-de-genero-que-mais-atinge-mulheres-em-todo-o-mundo.html. Acesso em: 8 out. 2021.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAGOT, Montserrat. O feminicídio como necropolítica na América Central. **Labrys Feminist Studies**, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Conheça o feminismo camponês popular, pauta das mulheres sem-terra. **Brasil de Fato**, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/08/conheca-o-feminismo-campones-popular-pauta-das-mulheres-sem-terra>. Acesso em: 14 set. 2021.

UM vírus e duas guerras: mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. **Ponte Jornalismo**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 23 set. 2021.

---

Aline Lisboa é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC-UNESP e professora substituta dos cursos de Comunicação e Artes da mesma instituição. Neste artigo, contribuiu com a pesquisa sobre ativismo digital e femismo decolonial e com a redação do manuscrito.

---

Osvando José de Moraes é pós-doutor em Teorias da Comunicação e Hermenêutica pela FAAC-UNESP, doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e professor adjunto do departamento de Comunicação da FAAC-UNESP. Neste artigo, contribuiu com a metodologia desenvolvida nas análises e com a orientação do trabalho.